

## **Audiência pública - Manifesto contra a energia do Passado**

Desde 2013, a COESUS Coalizão Não Fracking Brasil pelo Clima Água e Vida, 350.org Brasil, Arayara e mais recente o Observatório do Petróleo e Gás diversos parceiros, através das campanhas realizam o trabalho de informar à população sobre os riscos e perigos da exploração das energias fósseis e seus impactos para a biodiversidade, economia, produção de alimentos, saúde da população e para o clima do planeta .

A sociedade civil que aqui neste ato não esta representa pela FGV vem se manifestando por diversas vezes que é contra a exploração de combustíveis fósseis, uma energia retrógrada e do ar principal responsável pela emissão dos gases que causam o aquecimento global e as mudanças climáticas que, para piorar, ainda coloca em risco a qualidade da água, ar e do solo ameaçando os territórios e a sobrevivência de diversas populações tradicionais. E agora bem recente as catástrofes climáticas mais frequentes, como a que vimos em Belo Horizonte e Espírito Santos causadas pela s mudanças climáticas.

Temos visto no mundo dezenas de cidades , estados e ate países que tem processado judicialmente as empresas petroleiras pelos danos causados pelas mudanças climáticas a sua população e a seu território portanto os estados e cidades impactados pelas catástrofes climáticas tanto no Espírito Santo e Belo Horizonte e outros devem sim entrar ação de

A ANP não menciona explicitamente nos editais se os blocos incluem a exploração de gás de xisto pelo método não convencional do fraturamento hidráulico, mais conhecido como fracking.

A Agência se vale da ausência de uma legislação nacional que discipline a utilização do fracking para promover os leilões e abrir o Brasil à indústria mais devastadora e perversa que existe, e omitindo isso da população que será diretamente afetada. Quanto ao edital:

O edital demonstra-se vago quanto ao prazo para responder às impugnações, dispondo de modo geral e abstrato que as insurgências serão decididas antes da sessão pública do leilão, sendo que a Lei de Licitações, em seu artigo 41, § 1º, discorre que a Administração deverá responder às impugnações em 3 (três) dias úteis.

No item 12.3 do edital nega vigência ao artigo 41, § 2º, da Lei Federal n. 8.666/1993 ao não especificar que a licitante poderá impugnar o instrumento convocatório até o segundo dia útil que anteceder a realização do leilão, induzindo os interessados a equivocadamente suporem ser correta a aplicação do prazo de 5 (cinco) dias úteis. Sem transparência e informação da avaliação de impacto ambiental, a ANP permite que o vencedor da concessão utilize qualquer tecnologia para a exploração do bloco sem a devida consulta pública e esclarecimento às comunidades impactadas ou aos gestores públicos e provoca danos severos à biodiversidade e às pessoas.

Nós da COESUS, Coalizão Não Fracking Brasil pelo Clima Água e Vida, Arayara e da 350.org, Observatório do Petróleo e gás juntamente com nossos milhões de apoiadores, exigimos que a ANP aja com verdade e transparência para com a sociedade civil, banindo o uso da técnica do faturamento hidráulico conhecida como fracking nos ambientes onshore e offshore para exploração do gás de xisto e dos mantos carboníferos metânicos que colocam em enorme risco a saúde pública, a agricultura nacional e o meio ambiente.